

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REQUERIMENTO Nº / 2009

(Do Sr. José Guimarães)

Convida o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Sr. Márcio Pochmann, e o Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Sr. João Coser, para reunião de audiência pública com o objetivo de ouvir, conhecer e debater a produção técnica do IPEA relacionada ao IPTU.

Nos termos regimentais e ouvido o Plenário dessa Comissão, requiro a Vossa Excelência convidar o Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, Sr. Márcio Pochmann, e o Presidente da Frente Nacional dos Prefeitos, Sr. João Coser, a comparecer em reunião de audiência pública conjunta com Comissões da Casa pertinentes ao tema e que tenham se manifestado nesse sentido, a fim de ouvir, conhecer e debater a produção técnica do IPEA relacionada ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU.

JUSTIFICAÇÃO

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA vem tratando da questão do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, desde o ano de 2006. Neste período dois estudos: "IPTU do Brasil: Progressividade, Arrecadação e Aspectos Extra-Fiscais", do ano de 2006 e no "Boletim Regional e Urbano" - de dezembro de 2008, lançados pelo instituto faz uma análise e comparação entre as cidades sobre a questão do IPTU em diversos aspectos do interesse dos parlamentares.

Uma das conclusões do órgão de pesquisa, a qual deve instigar a nossa atenção, ação e o envolvimento da CFT, Comissão de Desenvolvimento Urbano e Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio- CDEIC é que o instrumento do IPTU progressivo no tempo, previsto no Estatuto das Cidades, ainda está sendo timidamente aplicado, abrangendo apenas 12,6% dos municípios analisados.

Outro fato verificado pelo IPEA é que ao analisar os aspectos fiscais, distributivos e extra-fiscais do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no Brasil. Constatou-se que o

nível de arrecadação dos impostos sobre a propriedade no Brasil (1,21% do PIB em 2002) é mais baixo que na maioria dos países desenvolvidos (entre 1,5% e 4,5% do PIB), e que os contribuintes mais pobres comprometem uma parcela maior da sua renda com o pagamento do imposto que os mais ricos. Ainda mais nos dias atuais de crise financeira mundial, quando devemos conhecer melhor a situação do sistema tributário do país, para que possamos realizar nossas propostas de alteração da legislação com melhor segurança e visando atender as demandas sociais da sociedade, dentre elas, a realidade dos municípios uma vez que o IPTU é uma importante fonte de arrecadação municipal que objetiva atender a sociedade local nas ações e aplicações das políticas públicas.

A ação conjunta das comissões é relevante para formular uma proposta legislativa que atenda de forma mais adequada a necessidade dos municípios brasileiros, consequentemente, do país.

A realização de uma audiência pública, onde possamos ouvir conhecer e debater a produção técnica relacionada ao IPTU, do IPEA, poderá trazer novos subsídios para esta comissão diante da realidade dos municípios brasileiros nos dias atuais.

Sala da Comissão, em

José Guimarães
Deputado Federal (PT-CE)